

## Jorge González Aguilera Alan Mario Zuffo

(Organizadores)

# Ciências Agrárias: Campo Promissor em Pesquisa

Atena Editora 2019

## 2019 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2019 Os Autores

Copyright da Edição © 2019 Atena Editora

Editora Executiva: Profa Dra Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

## Conselho Editorial

#### Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

- Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto Universidade Federal de Pelotas
- Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson Universidade Tecnológica Federal do Paraná
- Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho Universidade de Brasília
- Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio Universidade de Lisboa
- Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira Universidade Federal de Rondônia
- Prof. Dr. Gilmei Fleck Universidade Estadual do Oeste do Paraná
- Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
- Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior Universidade Federal Fluminense
- Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves Universidade Federal do Tocantins
- Profa Dra Natiéli Piovesan Instituto Federal do Rio Grande do Norte
- Profa Dra Paola Andressa Scortegagna Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior Universidade Federal do Oeste do Pará
- Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera Universidade Federal de Campina Grande
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme Universidade Federal do Tocantins

#### Ciências Agrárias e Multidisciplinar

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira Instituto Federal Goiano
- Profa Dra Daiane Garabeli Trojan Universidade Norte do Paraná
- Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva Universidade Estadual Paulista
- Prof. Dr. Fábio Steiner Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
- Profa Dra Girlene Santos de Souza Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
- Prof. Dr. Jorge González Aguilera Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza Universidade do Estado do Pará
- Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior Universidade Federal de Alfenas

## Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto Universidade Federal de Goiás
- Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio Universidade Federal de Santa Catarina
- Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco Universidade Federal de Santa Maria
- Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior Universidade Federal do Oeste do Pará



Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Profa Dra Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos - Universidade Federal do Maranhão

Profa Dra Vanessa Lima Gonçalves - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos - Instituto Federal do Pará

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa - Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira - Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva - Universidade Federal do Maranhão

Prof.ª Dra Andreza Lopes - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico

Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda - Universidade Federal do Pará

Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva - Universidade Estadual Paulista

Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Msc. Leonardo Tullio - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsague Young Blood - UniSecal

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel - Universidade Paulista

# Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências agrárias [recurso eletrônico] : campo promissor em pesquisa / Organizadores Jorge González Aguilera, Alan Mario Zuffo. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Ciências Agrárias. Campo Promissor em Pesquisa; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-415-3

DOI 10.22533/at.ed.153192006

Agricultura. 2. Ciências ambientais. 3. Pesquisa agrária –
 Brasil. I. Aguilera, Jorge González. II. Zuffo, Alan Mario. III. Série.
 CDD 630

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



# **CAPÍTULO 4**

## ACESSO DIFERENCIADO A POLÍTICAS PÚBLICAS POR AGRICULTORES AGROEXTRATIVISTAS DO TERRITÓRIO DO MÉDIO MEARIM, MARANHÃO

## **Dawanne Lima Gomes**

Universidade Federal Rural da Amazônia Belém-Pará

## Gizele Oeiras da Silva

Universidade Federal Rural da Amazônia

Belém-Pará

## **Roberto Porro**

Embrapa Amazônia Oriental Belém-Pará

**RESUMO:** O presente trabalho objetiva identificar políticas públicas e programas acessados por agroextrativistas no Médio Mearim, Maranhão. Os dados foram obtidos por meio de questionários aplicados a 1.025 domicílios em 207 comunidades de 18 municípios entre agosto a novembro de 2017. Os resultados, analisados no programa estatístico STATA de acordo com as categorias de situação fundiária e tamanho do lote, demonstraram que menos de 50% dos entrevistados acessam as políticas públicas mencionadas, exceto o programa Bolsa Família, a principal política e programa acessado pelos agroextrativistas. Em relação à situação fundiária, as propriedades particulares maior crédito apresentaram acesso rural, enquanto que territórios quilombolas à assistência técnica e extensão rural. Produtores com lotes de 0-5ha apresentaram maior acesso ao programa Bolsa Família e assistência e extensão rural, e agricultores com lotes de 5.1-20ha maior acesso ao crédito rural. Logo, são necessárias ações para o aperfeiçoamento dessas políticas de modo a fortalecer os meios de vida dos agroextrativistas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agroextrativistas, Mearim, Políticas públicas.

DIFFERENTIAL ACCESS TO PUBLIC POLICIES BY AGROEXTRACTIVIST SMALLHOLDERS IN THE MEARIM TERRITORY, MARANHÃO

**ABSTRACT:** The present work aims to identify public policies and programs accessed by agroextractivist farmers in the Mearim territory, Maranhão state. The data were obtained through questionnaires applied to 1,025 households in 207 communities in 18 municipalities, from August to November 2017. The results, analyzed in the program STATA according to land tenure and size categories showed that less than 50% of those interviewed had access to the mentioned public policies, except for Bolsa Família, which was the main policy accessed. In relation to land tenure, private properties had greater access to rural credit, while guilombola territories received more technical assistance and extension. Producers with lots from 0-5ha had greater access to Bolsa Família and rural extension, while farmers with lots from 5.1-20ha had greater access to rural credit. Therefore, actions are needed to improve these policies in order to provide for the strengthening of agro-extractive farmers' livelihoods. **KEYWORDS:** Agroextractivists, Mearim, Public policy.

## 1 I INTRODUÇÃO

A agricultura familiar possui alta relevância na economia brasileira, por sua capacidade de produzir alimentos, gerar empregos e renda, bem como fornecer melhorias na qualidade de vida no campo (GUILHOTO et al., 2010). O Maranhão é o estado brasileiro com maior índice de população rural, constituída, sobretudo por agricultores familiares: 38%, sendo a média nacional de 16% (IBGE, 2010). Segundo Bianchini (2005 apud JUNQUEIRA; LIMA, 2008), os principais entraves para o avanço da produção agrícola familiar no Brasil incluem fatores como a baixa capitalização, insuficiente acesso a linhas de crédito oficiais e assistência técnica à produção rural, falta de tecnologias adequadas e funcionamento imperfeito dos mercados. Para fortalecer as atividades desses agricultores é fundamental o acesso a políticas públicas e programas que proporcionem melhorias na produção, elevando sua renda, e garantindo a qualidade de vida no campo. Este trabalho tem como objetivo identificar quais são as políticas públicas e programas acessados por produtores agroextrativistas no Médio Mearim. Maranhão.

## 2 I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As políticas públicas servem como ferramentas para o enriquecimento da sociedade, por meio de leis, ações e programas que apoiem de maneira direta ou indireta os indivíduos de acordo com as necessidades de determinado grupo social (MONTENEGRO; RODRIGUES, 2017).

Com as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar no Brasil, há necessidade de políticas públicas pertinentes, que viabilizem pequenos empreendimentos produtivos, promovendo a permanência do agricultor no campo, evitando o êxodo rural, e contribuindo para o crescimento regional (JUNQUEIRA; LIMA, 2008).

Dessa forma, políticas públicas efetivas voltadas para a agricultura familiar diminuiriam alguns dos entraves que impendem o desenvolvimento do setor, contribuindo assim para a economia e fortalecendo a sociedade onde estão inseridos. (JUNQUEIRA; LIMA, 2008).

## **3 I METODOLOGIA**

Os dados analisados neste estudo foram coletados a partir de um questionário

aplicado a 1.025 domicílios em 207 comunidades de 18 municípios do Médio Mearim. Para a estratificação da amostra, considerou-se, a partir do Censo Agropecuário de 2006, a proporcionalidade, em cada município, do número de estabelecimentos da agricultura familiar. As entrevistas ocorreram entre agosto e novembro de 2017, sendo realizadas diretamente em tablets nos quais foi instalado um sistema com tecnologias APACHE / PHP para leitura e interpretação do código fonte, e MySQL para persistência dos dados. A estrutura do questionário, desenvolvida em plataforma web, sincronizada nos tablets, permitiu o preenchimento off-line e, posteriormente, sua submissão para serem persistidos no servidor. Após a conclusão das entrevistas, os dados foram revisados e consolidados em arquivos .txt, exportados para o programa estatístico STATA, no qual procederam-se as análises. Embora o instrumento utilizado contenha diversas sessões, a discussão neste artigo focaliza a sessão referente a políticas públicas acessadas pelos agricultores de acordo com a situação fundiária e tamanho do lote do domicílio.

## **4 I RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A Tabela 1 apresenta a proporção dos domicílios que acessa políticas públicas e programas, de acordo com a categoria fundiária: ATER (assistência técnica e extensão rural), crédito, PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), INSS (aposentadoria), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), Bolsa Família, PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos). Constatou- se que menos de 50% dos entrevistados tem acesso às políticas públicas citadas, exceto o programa Bolsa Família, que é acessada por 61,6% dos domicílios.

Categoria fundiária	ATER	Crédito	Pronaf	PAA	INSS	PNAE	Bolsa Família	PGPM
assentamento	40,3	29,3	22,7	3,3	46,5	5,9	59,7	23,1
território quilombola	55,0	32,5	20,0	10,0	52,5	7,5	62,5	42,5
propriedade particular	45,8	54,5	35,8	3,8	45,8	9,0	59,9	32,0
posse não regularizada	41,5	42,7	25,0	2,4	36,3	5,7	64,1	23,0
outro	43,8	53,4	28,8	2,7	24,7	12,3	68,5	16,4
total	43,5	44,0	28,6	3,5	42,4	7,5	61,6	26,7

Tabela 1: Porcentagem de domicílios com acesso às políticas e programas por categoria fundiária.

Fonte: Própria

Os programas e políticas relatados com maior frequência foram Bolsa Família (61,6% dos entrevistados), seguido do Crédito Rural (44%) e ATER (43,5%). Os menos frequentes foram PAA (3,5%) e PNAE (7,5%). Considerando apenas os mais frequentes, a categoria propriedade particular possui maior acesso ao crédito rural (54,5%), e o território quilombola a ATER (55%).

De acordo com a Tabela 2, é possível observar os domicílios que acessam as políticas e programas conforme o tamanho do lote. Proprietários com lote em torno de 0-5ha possuem maior acesso ao Bolsa Família (69,6%) e a assistência técnica e extensão rural (49,8%). Já o acesso ao crédito rural é reportado com maior frequência por agricultores com lotes de 5.1-20ha, correspondendo a 52,3%.

Essas políticas e programas voltados para agricultura familiar são importantes para diminuir os entraves presentes no campo, de forma a manter o trabalhador no meio rural, contribuindo para o crescimento de sua propriedade, fornecendo melhoria na qualidade de vida para a sua família, e apoiando o desenvolvimento econômico e social de sua região. Mas para que isso ocorra, é necessário o aperfeiçoamento destes instrumentos e sua maior disponibilidade para os agricultores.

Tamanho lote	ATER	Crédito	Pronaf	PAA	INSS	PNAE	Bolsa Família	PGPM
0-5ha	49,8	43,5	21,7	3,2	34,8	9,5	69,6	30,0
5.1-20ha	43,2	52,3	34,7	3,9	41,2	7,8	60,1	33,4
20.1-40ha	38,7	37,5	26,2	2,7	47,0	5,4	59,8	21,4
40.1-400ha	44,5	42,2	33,6	5,5	48,4	8,6	53,9	18,0
total	43,5	44,0	28,6	3,5	42,4	7,5	61,6	26,7

Tabela 2: Porcentagem de domicílios com acesso às políticas e programas por tamanho do lote.

Fonte: Própria

## **5 I CONCLUSÕES**

A partir da análise dos dados, foi possível concluir que menos de 50% dos entrevistados têm acesso às políticas públicas citadas, exceto o programa Bolsa Família para o qual 61,6 % dos entrevistados relataram ter acesso. Os programas e políticas relatados com maior frequência, além do Bolsa Família, foram o crédito rural e a ATER. E os menos acessados são o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. A categoria propriedade particular apresentou maior acesso ao crédito rural, e a de territórios quilombolas, maior acesso à ATER. Proprietários com lotes entre 0-5ha possuem maior acesso ao Bolsa Família e a assistência técnica e extensão rural. Já o maior acesso ao crédito rural deu-se para agricultores com lotes entre 5.1-20ha. A compreensão sobre o acesso a essas políticas e programas é essencial para identificar ações necessárias para o maior

fortalecimento aos agricultores familiares, visando a otimizar sua produção e assim garantir melhores condições de vida no campo.

## **REFERÊNCIAS**

GUILHOTO, J. J. M.; ICHIHARA, S. M.; SILVEIRA, F. G.; DINIZ, B. P. C.; AZZONI, C. R.; MOREIRA, G. R. C. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus Estados**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35., 2007, Recife. **Anais**... [Niterói]: ANPEC, 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: Características da População e dos Domicílios - Resultados do Universo**. Rio de Janeiro, Brasil: FIBGE. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial. Acesso em 24.09.2018.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J.F. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil.** In: **Semina**: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS, LONDRINA, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.

MONTENEGRO, M. K. S.; RODRIGUES, S. J. D. **Território e políticas públicas: extrativismo do babaçu no munícipio de Lago do Junco-MA**. In: VIII SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E IX SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA GT 2 – Comunidades tradicionais na luta por territórios.